

A obra analisará o instituto da multiparentalidade no contexto do sistema clássico das filiações e a partir da quebra da sua biparentalidade. Em uma realidade jurídica impulsionada pela dinâmica das novas relações parentais, surge a multiparentalidade, com destaque para a tese fixada pelo STF no RE nº 898.060 com repercussão geral (Tema 622). Serão analisados os limites e critérios ao seu reconhecimento e os efeitos jurídicos existenciais e patrimoniais no âmbito do Direito das Famílias em interlocução com o Direito das Sucessões sob a perspectiva do princípio da afetividade: o exercício da autoridade parental, a guarda compartilhada, o direito aos alimentos e à sucessão, partindo-se da análise de decisões de 1º e 2º graus, restringindo-se ao seu estudo sob o viés de sua caracterização pela posse de estado de filho.

Coleção Fórum DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Karina Barbosa Franco

MULTIPARENTALIDADE

Uma análise dos limites e efeitos jurídicos práticos sob o enfoque do princípio da afetividade

PrefácioMarcos Ehrhardt Júnior

Posfácio Fabíola Albuquerque Lobo

Área específica DIREITO CIVIL.

Áreas afins do livroDIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES.

Palavras-chave
FILIAÇÃO. SOCIOAFETIVIDADE.
MULTIPARENTALIDADE.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm **CÓDIGO:** 3523

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F825m Franco, Karina Barbosa

Multiparentalidade: uma análise dos limites e efeitos jurídicos práticos sob o enfoque do princípio da afetividade -- 2. ed. -- / Karina Barbosa Franco. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

214p. 14,5x21,5cm

Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos, v. 6

ISBN da coleção: 978-85-450-0675-6 ISBN impresso 978-65-5518-843-1 ISBN digital 978-65-5518-845-5

1. Filiação. 2. Socioafetividade. 3. Multiparentalidade. I. Título.

CDD: 342.085 CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FRANCO, Karina Barbosa. *Multiparentalidade*: uma análise dos limites e efeitos jurídicos práticos sob o enfoque do princípio da afetividade. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 214 p. ISBN 978-65-5518-843-1. (Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos, v. 6).

Karina Barbosa Franco

Mestre em Direito e Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Advogada com atuação na área do Direito das Famílias e Sucessões. Membro e Secretária-geral da Comissão de Ensino Jurídico da OAB, Seccional Alagoas. Professora universitária. Membro do IBDFAM e do IBDCivil. Diretora Científica do IBDFAM/AL. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa em Direito Civil – Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep/UFPE) e em Direito Privado e Contemporaneidade/UFAL. Autora de livro e artigos científicos.

SUMÁRIO

APRES	SENTAÇÃO	
	ÇÃO FÓRUM DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS EMPORÂNEOS	
Marco	s Ehrhardt Jr.	11
PREFÁ	ACIO	
Marco	s Ehrhardt Jr.	13
CAPÍT	TII O 1	
	DDUÇÃO	15
	3	
	ULO 2	
	ÇÃO E PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA	19
2.1	Filiação	19
2.1.1	Conceito de filiação e sua evolução legislativa	19
2.1.2	Espécies da filiação e os contornos para a filiação socioafetiva	24
2.2	O afeto como vetor das relações familiares contemporâneas	26
2.2.1 2.2.2	Natureza jurídica do afeto e o princípio jurídico da afetividade O estado de filho (posse de estado de filho) e a filiação	30
	socioafetiva	37
2.3	Da parentalidade socioafetiva	44
2.3.1	A parentalidade socioafetiva sob a ótica do STJ e a necessária distinção entre direito à origem genética e direito ao estado de filiação	47
2.3.2	Da parentalidade socioafetiva à possibilidade do reconhecimento da multiparentalidade	58
CAPÍT	TULO 3	
O INST	ITTUTO DA MULTIPARENTALIDADE: ANÁLISE NA ECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL	61
3.1	A nova principiologia aplicável à multiparentalidade	61
3.2	Origem e sua conceituação	70
3.3	As decisões iniciais que reconheceram a multiparentalidade, o RE $n^{\rm o}$ 898.060/SC e a tese fixada em repercussão geral	80
3.4	Posicionamento doutrinário acerca do reconhecimento da multiparentalidade pelo STF	100
3.5	A multiparentalidade extrajudicial	108
	TULO 4	
	IMITES E EFEITOS JURÍDICOS DECORRENTES DA IPARENTALIDADE	121
4.1	Os limites para o reconhecimento da multiparentalidade à luz do princípio de afetividade	121
4.1.1	A (im)possibilidade do reconhecimento da multiparentalidade com base apenas no critério biológico	122
4.1.2	A discussão sobre o reconhecimento da multiparentalidade com fins meramente patrimoniais, escusos ou imorais	130
4.1.3	Análise de outros parâmetros que configuram a tese da repercussão geral sobre a multiparentalidade	141
4.2	O exercício da multiparentalidade e seus efeitos jurídicos	155
4.2.1	Em relação ao exercício da autoridade parental	159
4.2.2	Em relação ao direito de convivência e à guarda	
	compartilhada	161

4.2.3 4.2.4	Em relação à obrigação alimentar Em relação aos direitos sucessórios	
CAPÍTU CONSIE	ILO 5 DERAÇÕES FINAIS	191
POSFÁC	CIO	195
REFERÊ	NCIAS	199